

Os coreanos da Europa (história econômica da Espanha)

Angelita Matos Souza
IFCH/Unicamp e Facamp
Doutora em Economia Aplicada - IE/Unicamp

Introdução¹

Na última década, Brasil e Espanha estreitaram relações econômicas e político-diplomáticas e são países que têm muito em comum: “cultura ibérica”; modernização político-econômica tardia, “pelo alto”, sob regimes autoritários; processos de redemocratização nos anos 70/80; reformas neoliberais nos anos 80/90 conduzidas por lideranças supostamente “à esquerda” (González, do PSOE e Cardoso, do PSDB). Não obstante, no caso espanhol, as “opções” políticas ao longo dos processos de redemocratização e reformas econômicas dos anos 80/90, fizeram diferença nos resultados alcançados – sem esquecer que o êxito maior da Espanha está diretamente relacionado à sua inserção à Comunidade Européia (todavia outros países integrados não alcançariam os mesmos resultados).

Interessa-nos a abordagem do processo de internacionalização econômica espanhol, marcado pela entrada de capitais estrangeiros e expansão “imperialista” de empresas espanholas (com a abertura econômica, privatizações de empresas públicas e reestruturação do mercado de ações e do sistema financeiro). Mas gostaríamos de indicar como, nos governos González, as reformas esbarraram na resistência dos movimentos sindicais (base social do PSOE), limitando o avanço do *thatcherianismo* sob os governos socialistas, sendo as reformas econômicas acompanhadas de restrições à participação acionária de origem estrangeira. O que será definitivo aos rumos da liberalização política e econômica na história recente espanhola.

Nos governos González, as inversões estrangeiras em empresa nacionais (com a abertura econômica, reorganização do mercado financeiro/acionário e privatizações),

¹ Apresentaremos aqui os resultados parciais de uma pesquisa que desenvolvemos junto ao Depto. de Ciência Política do IFCH/Unicamp, na área de análise comparada, sobre Brasil e Espanha: da redemocratização à globalização. E embora nossa exposição deva privilegiar o caso espanhol, explícita ou implicitamente, a perspectiva comparada atravessará nossa análise

menos que à compra/controlado acionário destinaram-se à sociedade/associação com o capital local, favorecendo, política e economicamente, o poder internacional de grupos nacionais. Já sob os governos Aznar, a radicalização do receituário liberal consolidaria o “núcleo duro” da economia espanhola, com a venda das últimas participações estatais em grandes empresas espanholas e maior abertura/desregulamentação do mercado de capitais.

Núcleo duro, hoje, organizado em torno de dois grandes grupos financeiros privados - o BSCH (fruto da fusão entre Banco Santander e Banco Central Hispano, em 1999) e o BBVA (Banco Bilbao e Viscaya e Argèntaria, privatizado em 1998) – e das caixas de poupança de capitais públicos, com destaque para a La Caixa da Catalunha e a Caixa Madrid². O controlo destes grupos sobre os Sectores Infra-estruturais - nomeadamente Electricidade, Gás Natural, Petróleos e Telecomunicações - foi concretizado após as últimas privatizações, tendo empresas de ambos os sectores (financeiro e produtivo) liderado a expansão internacional da economia espanhola. Sob a liderança deste “núcleo”, a Espanha redescobriu a América Latina, onde alcançaria, durante a década de 90, a posição de maior investidor externo. Neste processo de conglomeração, a organização acionista dos sectores infra-estruturais foi conduzida de forma a restringir a participação de outros grandes grupos estrangeiros congêneres e, para além deste núcleo duro, predominantemente basco-catalão, existem ainda grandes empresas espanholas, com bases setoriais diferenciadas conforme a região, que são fortemente internacionalizadas³.

Acreditamos que três movimentos – redemocratização, integração à Comunidade Européia e internacionalização econômica – estão estreitamente articulados. A integração à Comunidade Européia, além de obrigar à ordem democrática, injetou recursos externos na economia espanhola e, a despeito de efeitos sociais negativos, as reformas neoliberais fortaleceriam o sistema financeiro local e sua fusão com o setor produtivo privado ou estatal/privatizado, gerando o núcleo duro da economia espanhola, associado ao capital financeiro internacional, cuja internacionalização surpreenderia o mundo. O que favoreceu a inserção do País no sistema internacional e, internamente, o

²Ver documento. (2005) “Os principais centros de decisão empresarial em Espanha”. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Departamento de Prospectiva e Planeamento, dezembro de 2005. www.dpp.pt

³ De aproximadamente 6% no início da transição, o desemprego passará a 15% no 1º governo González, superando os 20% no início dos anos 90.

sentimento de “modernidade” e o fortalecimento dos valores democráticos (abalando decisivamente a “força da tradição”).

O segredo do sucesso espanhol, indubitavelmente deve ser buscado na integração à Comunidade Européia, mas passa pelas “opções” políticas internas que, dentro do rol de possibilidades abertas pelo sistema capitalista mundial, foram decisivas à consolidação do capital financeiro espanhol, sem o qual, dentro do modelo liberal seguido, a economia espanhola não estaria hoje entre as 10 maiores economias do mundo.

Da transição à crise do governo González

A transição espanhola foi mais bem sucedida que a brasileira na reprodução dos padrões materiais e políticos das democracias avançadas. O que se deve a vários fatores, entre eles, o processo de integração da Espanha à Comunidade Européia - a perspectiva de integração teve um peso político enorme na transição espanhola. Da perspectiva política interna, foram decisivas as posições democráticas assumidas pelo Rei Juan Carlos após a morte do General Franco; a atuação dos partidos políticos, dos sindicatos e do governo Suárez na busca do consenso para o enfrentamento das dificuldades envolvidas no processo de transição, tais como: a força das instituições antidemocráticas do regime anterior, o desafio dos nacionalismos regionais, as necessidades de adequação econômica às reformas políticas para integrar-se à Europa. O resultado foi uma Constituição democrática bastante avançada e consensual (votada majoritariamente inclusive pelos bascos).

O papel do Rei foi fundamental, pois se temia que tentasse perpetuar o regime “anti-republicano” do seu antecessor (ainda que em termos mais moderados). Pelo contrário,

El Rey escogió desde el principio el camino de la convivencia pacífica em libertad y democracia, y dio desde muy pronto señales de ello. Al actuar así desactivó a quienes, en teoría, eran sus enemigos políticos, e hizo posible que las fuerzas democráticas que, más por la necesidad derivada de las posiciones antidemocráticas de los reyes que por una profunda convicción íntima, se habían escorado hacia el republicanismo se integraran en la Monarquía. La actitud Del Rey permitió la superación de la confrontación Monarquía-República, expresión de la antítesis autoritarismo-democracia, y la aceptación generalizada de la Monarquía parlamentaria, expresión de la síntesis entre Monarquía y democracia.

(.) Al hacerlo así, se ganó “de ejercicio” la legitimidad “democrática” de la que carecía en origen (...) después revalidada con todos los honores al hacer frente al golpe de estado del 23 de febrero de 1981. (MORILLO, 1996: 27)

Constitucionalmente o comandante das Forças Armadas, a atuação do Rei na tentativa de golpe de 1981 selou o destino das forças ligadas ao “franquismo”: se quisessem

sobreviver politicamente teria que ser pela via eleitoral-parlamentar que, em 1982, levaria ao poder o Partido Socialista, com Felipe González à frente do governo.

Durante dez anos, o Partido Socialista governou a Espanha de forma hegemônica, “controlando” o Parlamento, o Conselho Geral do Poder Judiciário, o Tribunal Constitucional e o Tribunal das Contas anulando, na prática, o princípio da separação dos poderes na monarquia parlamentar espanhola. A inversão desse quadro deu-se entre 1993-96, coincidentemente, quando o PSOE não detinha mais maioria parlamentar (a aliança com a CiU garantiu uma maioria exígua no Parlamento). Neste período, escândalos de corrupção, envolvendo fatos desde os primeiros anos do governo socialista (e parcamente investigados, como os casos Gal; Roldán; Filesa, Malesa e Time Sport), vieram decisivamente à tona. Escândalos que, somados à crise econômica e ao acirramento do desemprego “estrutural” espanhol prepararam o caminho para o fim da era González - os escândalos eram uma traição à imagem da Espanha européia, democrática e moderna que havia propagado.

Mas para entender melhor os anos críticos é preciso voltar um pouco no tempo, menos que à origem dos escândalos, aos dilemas da política econômica dos socialistas no poder. Conforme Pérez-Díaz (1996, p.141), quando chegaram ao poder no início dos anos 80, os socialistas espanhóis acreditavam ter aprendido com os erros do partido trabalhista britânico e do partido socialista francês: não era conveniente enfrentar os sindicatos nem os mercados financeiros. De início tentarão conservar políticas trabalhistas, herdadas do “franquismo” e conservadas pelo governo UCD, àqueles que já se encontravam no mercado de trabalho, introduzindo regras mais flexíveis (quanto à estabilidade no emprego e indenizações às demissões) para os ingressantes novos, criando assim um mercado de trabalho dual.

Ao mesmo tempo, praticariam uma política econômica de juros altos, oscilando entre valorização/desvalorização cambial, que não agradava líderes sindicais e as lideranças políticas menos ortodoxas. A relação com essas forças piorará durante a campanha do referendun sobre a OTAN (1986) e, em 1988, após a vitória eleitoral, quando o governo busca estender a aplicação das novas regras do mercado de trabalho aos antigos trabalhadores. A essa tentativa, o movimento sindical responderá com a greve geral de dezembro de 1988, obrigando o governo a voltar atrás e aumentar gastos sociais com subsídios ao desemprego e pensões. No *tour de force* com o movimento sindical, os socialistas espanhóis não arriscariam o “modelo Thatcher” e, voluntariamente ou devido

à falta de alternativas, essa foi uma das maiores contribuições do governo González à recém consolidada democracia espanhola.

Contudo os socialistas não queriam atrair a desconfiança do “mercado financeiro” e a Espanha ingressaria no SME em 1989. Essa política dúbia parecia comprovar a viabilidade do “social-liberalismo”. Nos oito primeiros anos do governo socialista (1982-90), sobretudo após a entrada do País no Mercado Comum em 1986, efetivamente, a Espanha parecia ter ingressado no 1º Mundo, imagem coroada em 1992 com alguns eventos: Olimpíadas de Barcelona, Feira Industrial de Sevilha, Madrid Capital Cultural da Europa e o Quinto Centenário dos Descobrimentos.

Imagem, todavia, já à prova pelo avanço da recessão e do desemprego⁴, que tendiam ao agravamento com as políticas previstas no Plano de Convergência (de 1992, efeito das decisões de Maastricht), referentes às reformas do mercado de trabalho e da seguridade social e às decisões em torno da redução do setor público. Reformas que jamais seriam integralmente implementadas: para o “mercado” era claro que não seriam os socialistas os *thatcherianos* da Espanha. Para piorar, em 1993, com a economia espanhola já mergulhada na recessão, o governo é obrigado a abandonar o SME e iniciar uma drástica política de desvalorização cambial.

Os anos seguintes serão de acentuada crise política, além da econômica. O surgimento de um novo periódico em 1989, *El Mundo*, bastante crítico ao governo, centrará sua atenção nas denúncias de corrupção, abuso do poder e inércia/conivência do Legislativo e Judiciário para com o governo. Seu êxito obrigou outros veículos, como o *El País* (simpático aos socialistas), a tomarem também o caminho das denúncias e cobranças aos representantes políticos e do Judiciário. Sem maioria parlamentar, o governo não pôde impedir as comissões de inquérito. Da mesma forma, perdera o controle sobre o Conselho Geral do Poder Judiciário e Tribunal Constitucional (e fizera um inimigo poderoso, o juiz Baltazar Garzón).

Em meio à crise, o princípio clássico da separação dos poderes reafirmava-se e o Judiciário, sobretudo, aumentava seu prestígio face à opinião pública. Em algumas sondagens, a corrupção apareceu como o maior problema do governo González - à frente do desemprego e do terrorismo basco - e o Poder Judiciário (no seu papel investigatório) como a Instituição de maior prestígio junto aos espanhóis (Pérez-Díaz,

⁴ A expressão é de Roberto Mangabeira Unger, *A Espanha e seu futuro*. www.law.harvard.edu/unger/portuguese/docs/projetos7.doc

1996). Dessa perspectiva, ao promover maior independência entre os poderes, entre governo e meios de comunicação, chacoalhando a opinião pública para os problemas da corrupção e abusos do poder, a crise política de 1993-96 serviu ao fortalecimento da democracia espanhola. Entretanto, a despeito das denúncias de corrupção envolvendo o governo socialista e que serviram à luta política oposicionista, por trás da crise política estavam os interesses do “mercado financeiro” (nem só de estabilidade vive esse mercado).

Em contrapartida ao fortalecimento das instituições e valores democráticos, do ponto de vista sócio-econômico, os oito anos de governo do PP, que se seguiriam aos governos socialistas, caracterizar-se-iam pela associação entre crescimento econômico e regressão social, com a transformação de uma economia real numa economia financeira agressiva, segundo o modelo liberal conservador. Assistiu-se, com José Maria Aznar, a consolidação de um “mercantilismo plutocrático”⁵, sob predomínio da lógica financeira e associado ao destino das economias latino-americanas.

Espanha é o problema, Europa, a solução

A frase acima, de Ortega y Gasset (1910), resume bem a história econômica da Espanha, do Plano de Estabilização (1959) ao Euro (1998). Uma história nada linear, mas que tinha um horizonte: a Europa. Ou seja, apesar da aproximação com os EUA, durante a ditadura de Franco, o horizonte (o modelo Estado e sociedade que predominava) era europeu. E a história da “europeização” da Espanha pode ser dividida nas seguintes fases: 1) do Plano de Estabilização à morte de Franco (1959-1975); 2) da transição democrática à entrada da Espanha na Comunidade Européia (1975-1986); 3) da recuperação da economia mundial (a partir de 1983/85) ao Euro (1998), passando pelo fim da era González em 1996.

O marco inicial dessa história pode ser localizado no Plano de Estabilização de 1959, com as reformas econômicas implementadas a fim de flexibilizar o modelo autárquico, dando início ao processo de modernização econômica responsável pelo “milagre espanhol” dos anos 60-75 (entre 1959-64, a economia espanhola crescerá em média 7,3% ao ano e 5,8% entre 1964-75). A “ditadura do consumo” (como é denominada a

⁵ Conforme Mangabeira Unger (op. Cit.), a Espanha moderna é produto da aliança entre os contadores e os aventureiros, os primeiros ficaram responsáveis pela gestão das contas públicas, com a missão de satisfazer as obrigações impostas pela Comunidade Européia. Já os aventureiros trataram de “expandir as oportunidades de ganho, conquistando no mundo os mercados que faltavam - porque já estavam ocupados ou saturados - na Europa”.

última fase da ditadura Franco) caracterizou-se também pelo aumento dos gastos públicos na área social. Inspirado nas experiências *keynesianas* europeias do pós-guerra, vai se configurando um Estado Assistencial, com a aprovação da Ley de Bases de la Seguridad Social (1967) e da Ley General de Educación (1970). De maneira geral crescem os investimentos em saúde, políticas sanitárias, subsídios familiares, pensões e expansão do sistema escolar (o ensino passou a ser obrigatório dos seis aos quatorze anos, embora sob a égide da ideologia franquista/autoritária). Como que para compensar a restrição dos direitos políticos: os direitos sociais. Porém, as tentativas da Espanha de ingressar no Mercado Comum tinham sempre uma acolhida fria: faltavam as instituições políticas da democracia liberal.

A segunda etapa dura uma década (1975/85), ao final da qual a Espanha se normalizará politicamente e será integrada à Comunidade Econômica Européia (CEE). Etapa caracterizada pela expansão do *Welfare State* espanhol, na qual as liberdades políticas permitiram uma maior organização e pressão dos trabalhadores. Todavia, etapa marcada pela crise da economia mundial (crises energéticas, choque dos juros e recessão americana) e pelos sucessivos planos de ajuste (Pactos de Moncloa) visando impedir que a crise na economia afetasse a transição democrática e o regime novo. Porém, os problemas como inflação, desemprego, aumentos dos gastos sociais, déficit público e conflitos sociais decorrentes (que há uma década assolavam a Espanha) só seriam aplacados quando, a partir de 1984-85, a reativação da economia americana alcança a Europa, coincidindo com a entrada da Espanha na CEE.

Na segunda metade dos anos 80, sob o governo socialista, o “eurootimismo” tomou conta dos espanhóis e, efetivamente, empregos foram criados como em poucos momentos da história espanhola recente. Conforme Aline Angoustures:

(...) Entre 1986 y 1990, la tasa de crecimiento de España es la más alta de la CEE: de 5,5% em 1986 y de 3,7% em 1990. Como consecuencia descende el paro del 21,3 al 17,3% de la población activa entre 1985 y 1989 y se crean 1,2 millones de empleos fuera del sector agrícola entre 1985 y 1989. (1995: 271)

Contribuiu para tanto, a maior abertura econômica e início das privatizações de empresas públicas; bem como a reestruturação do mercado de ações e do sistema financeiro. A internacionalização da economia espanhola foi fundamental. Entre 1983 e 1992, a propriedade acionária de estrangeiros nas empresas espanholas não financeiras passou de 14% para 40% do total e nas empresas financeiras de 5% para 22%. E entre

1989 e 1993, os investimentos estrangeiros na Espanha ficaram entre 1,2 e 2,3 bilhões de pesetas ao ano, enquanto os investimentos espanhóis no estrangeiro oscilaram entre 0,2 e 0,6 bilhões de pesetas ao ano. (Diaz,1996: 83-4)

Não obstante, do último governo Gonzalez à adoção do Euro (1998), assistimos à desaceleração do crescimento interno e aos problemas de adequação à nova moeda - mais problemática à periferia européia. Dificuldades que seriam enfrentadas pelos governos de Aznar, radicalizando-se o receituário liberal, com a venda das últimas participações estatais em grandes empresas espanholas (como a operadora Telefónica, a petrolífera Repsol, a elétrica Endesa e a indústria de cigarros Tabacalera), redução de impostos, corte nos gastos sociais e investimentos públicos, maior abertura econômica ao mercado de capitais etc. Tudo dentro do equilíbrio orçamentário exigido pelos critérios de Maastricht: inflação controlada, déficit inferior a 3% e dívida inferior a 60% do Produto Interno Bruto⁶.

A conclusão das privatizações no setor infra-estrutural (Endesa, Repsol, Telefónica, Iberdrola) levaram à consolidação do “núcleo duro” da economia espanhola, reunindo bancos e setores infra-estruturais. Como dissemos antes, núcleo organizado em torno de dois grandes grupos financeiros privados, o BSCH e o BBVA, e das caixas de poupança de capitais públicos, com destaque para a La Caixa da Catalunha e a Caixa Madrid. Sob a liderança deste “núcleo duro”, a Espanha redescobriu a América Latina, até porque a integração à União Européia impôs limites às políticas monetárias/financeiras dos países membros (quanto às taxas de juros, por exemplo), que acabam estimulando os investimentos produtivos e a internacionalização econômica.

Durante a década de 90, entre todos os países (com as privatizações das empresas públicas), a Espanha alcançaria a posição de maior investidor externo na América Latina. Seu primeiro destino foi à Argentina e o Chile e, em menor escala, países da região andina como o Peru e a Colômbia; investindo na compra de bancos, empresas de serviços financeiros e empresas de infra-estrutura - telecomunicações, energia, transporte e de produção de gás e petróleo e gás (processo coroado com a aquisição da

⁶ Ao longo do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro houve muito mais uma divisão do mercado que a associação: no setor de duráveis predominou o capital estrangeiro; nas indústrias de bens de consumo leve, no setor da construção civil, indústria cultural/empresas de lazer e turismo e no setor bancário predominaria o capital privado nacional; e o setor de infra-estrutura ficou com o Estado, sendo a indústria de bens de capital vinculada às encomendas do setor público dividida entre o capital nacional e o estrangeiro, mas com predomínio do primeiro.

empresa estatal argentina YPF, um dos maiores produtores latino-americanos de petróleo).

Ao final da década dirigiram-se aos dois maiores mercados do continente – Brasil e México -, com importantes aquisições nos sectores de telecomunicações e de produção e distribuição de eletricidade; bem como, no setor bancário, com destaque para a compra do Banco do Estado de S. Paulo (BANESPA) pelo BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO (BSCH). No México, concentraram-se no setor bancário – o BSCH e o BBVA adquiriram em 2000, respectivamente, o segundo e o quarto maiores grupos bancários mexicanos – passando o BBVA-BANCOMER a ser o primeiro grupo financeiro do México.

Finalmente, talvez seja possível recorrer à noção de “capitalismo dependente-associado” na abordagem do processo de internacionalização da economia espanhola desde os anos 60, mas sobretudo a partir do final dos anos 80. As inversões estrangeiras em empresa nacionais (com a abertura econômica, reorganização do mercado financeiro/acionário e privatizações), menos que à compra/controlado acionário destinaram-se à sociedade/associação com o capital local, favorecendo, política e economicamente, o poder internacional dos grupos espanhóis transnacionais. Sob os governos socialistas restringiu-se a participação acionária de origem estrangeira e, sob os governos Aznar, a maior liberalização do mercado de capitais e a conclusão das privatizações não teriam efeitos significativos à desnacionalização da economia, tendo em vista que o capital financeiro espanhol já estava consolidado (e a maior desregulamentação o fortalecerá ainda mais).

Não obstante, do ponto de vista científico-tecnológico, a Espanha ocupa uma posição frágil, com pouco investimento em pesquisa e domínio do processo de inovação científico tecnológico – dependente das transferências de conhecimento/tecnologia dos países mais desenvolvidos. Por sua vez, sua posição face o Euro e à União Europeia é muito mais de dependência que de interdependência e, se a integração garantiu-lhe uma moeda forte, também encareceu o custo de vida para os espanhóis e impõe limites às exportações para fora do continente europeu. De fato, a sociedade espanhola organiza-se basicamente em torno do setor de serviços, a estrutura industrial é modesta, em especial no setor de duráveis, sendo que o setor da habitação, que foi o grande suporte da expansão econômica da última década, está em refluxo.

Neste sentido, com problemas político-sociais prementes (precarização do emprego, desemprego, emigrantes, regionalismos, alto nível de endividamento familiar), o modelo coreano à espanhola é bem mais vulnerável que o original. Fundamentalmente, porque a Coreia do Sul conta com uma base industrial/produziva mais potente, ademais a internacionalização da economia coreana concentrou-se na Ásia. Em todo caso, sob o predomínio da lógica financeira na economia mundial, tendência geral das economias ocidentais, a Espanha corre, praticamente, os mesmos riscos que qualquer outra economia desenvolvida da Europa, tendo, em maior ou menor dimensão, basicamente os mesmos problemas sociais.

Breve comparação com o caso brasileiro

O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e na Espanha contou com a forte presença do Estado, assumindo este o papel de capitalista financeiro e produtivo, sem o qual não seria possível a consecução de uma revolução industrial acelerada, nos limites do capitalismo tardio. Não obstante, a presença maciça do Estado ao longo desse processo acabou inibindo o desenvolvimento das grandes corporações no setor privado (nos moldes das corporações americanas e das grandes empresas alemãs e japonesas), a partir da fusão entre o capital bancário e o produtivo, dando origem ao moderno capital financeiro. Houve concentração/centralização do capital tanto no setor produtivo como no bancário, mas independentemente um do outro. E, no Brasil, a abertura econômica e as privatizações dos anos 90 não levariam aos tão sonhados conglomerados financeiros, como ocorreu no caso espanhol.

Também muito se girou em torno da idéia de capitalismo dependente associado, mas tanto no caso brasileiro como no espanhol, o capital estrangeiro e o nacional nunca foram propriamente sócios, fizeram negócios, dividiram mercados, estabeleceram alianças políticas, porém as fusões/associações entre as empresas de capital estrangeiro e as nacionais não chegariam a conformação de qualquer espécie de “capitalismo dependente associado” que, na Espanha, surgirá apenas nos anos 80/90, sem que possamos afirmar o mesmo sobre o Brasil. Apesar de ter construído o parque industrial mais integrado e potente da América Latina, o desenvolvimento capitalista no Brasil em nenhum momento logrará a consolidação de um núcleo produtivo-financeiro, capaz de liderar um processo de internacionalização da economia brasileira⁷.

⁷ Do ponto de vista dos “fatores internos”, a radicalização/participação política (a luta política) fez a diferença no caso espanhol. A base operária/sindical do O PSOE, traduzida em luta política no interior do

O processo de abertura e liberalização dos anos 90 levaria muito mais à desnacionalização (e desindustrialização) da economia brasileira que à associação/fusão entre capital local e estrangeiro. E com o processo de abertura econômica e privatizações das empresas públicas, intensificaram-se os mecanismos de acumulação “rentista” via mercado financeiro. Tal processo levou a maior conglomeração tanto no setor bancário como no produtivo (de infra-estrutura, em especial), mas não à fusão e conformação de um capital financeiro nacional, confirmando-se o modelo de monopolização econômica herdado do regime militar. Agora, sem a liderança das empresas estatais, privatizadas e em mãos do capital financeiro internacional (com destaque para o espanhol) ou de grupos locais (com ou sem participação estrangeira), numa economia altamente financeirizada e dependente, cujos prejuízos à política (portanto, à democracia) são enormes.

Não restam dúvidas que central à nossa abordagem sobre o êxito econômico e político da Espanha é a idéia de que, para além da integração à Comunidade Européia, decisivo foi a consolidação de um capital financeiro e sua internacionalização, processo sem o qual, dentro do modelo liberal seguido, a economia espanhola não estaria hoje entre as maiores economias do mundo. Ou seja, o segredo do sucesso espanhol, indubitavelmente, deve ser buscado na integração à Comunidade Européia, mas passa pelas “opções” políticas internas (impostas pelos rumos da luta política⁸) que, dentro do rol de possibilidades abertas pelo sistema capitalista mundial, foram decisivas à consolidação do capital financeiro espanhol e à sua expansão. Dessa perspectiva, a Espanha democrática é “devedora” da América Latina, residindo aí também a fragilidade do modelo espanhol. Afinal, o futuro do seu grande capital está associado ao destino incerto das economias latino-americanas.

Conclusão

A experiência espanhola tem muito a nos ensinar. Entre outras coisas, o quanto a dimensão política é inseparável da dimensão econômica e vice-versa e, curiosamente, o processo de redemocratização espanhol sempre serviu de inspiração aos políticos

Partido e fora dele, a força do Partido na Espanha recém democratizada, a maior participação da sociedade civil independentemente da filiação partidária e a atuação de instituições democráticas (do Judiciário em especial) distanciaram qualitativamente a abertura política e econômica espanhola de casos como o brasileiro e/ou português e grego.

⁸ A despeito de não encontrarmos em estudos espanhóis a palavra pacto usada no sentido acima, a idéia do “compromisso conservador” é igualmente comum em estudos sobre o processo de modernização na Espanha.

brasileiros. Desde o fim do regime militar que se faz alusão aos pactos de Moncloa – acordos assinados (ao todo seis) entre forças políticas diversas que conferiram à transição espanhola um “caráter consensual” -, como uma experiência a ser copiada pelo Brasil. Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência, a idéia voltou ao debate político e o Conselho de Desenvolvimento Social foi inspirado no Conselho Econômico e Social da Espanha (CESE), fruto de Moncloa.

Da mesma forma, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que rebateu a idéia de pacto levantada na campanha eleitoral pelo PT (afirmando a inexistência de qualquer crise que justificasse a proposição petista); à época em que era Presidente, aludiu à experiência espanhola para levar adiante reformas que pretendia realizar - que implicavam, muitas vezes, na revisão de “cláusulas” da Constituinte de 1988. Também na construção daquele pacto (afinal, toda Constituição pode ser assim considerada), FHC foi um dos parlamentares a buscar na experiência espanhola inspiração para análise e atuação no contexto brasileiro de transição para um regime democrático. E não foi apenas nos trabalhos da Constituinte que a idéia apareceu; no governo Sarney, o 1º plano de estabilização econômica tentado, o Plano Cruzado, veio fortemente acompanhado da noção de pacto social (embora o Plano não tenha sido fruto de um pacto).

A noção de “pacto” é ainda comum em estudos acadêmicos sobre o processo de modernização brasileiro, identificada ao “compromisso conservador” que, ao longo da história do capitalismo no Brasil, limitou e/ou impediu a adoção de grandes reformas sociais, sobretudo no setor agrário e tributário. A título de ilustração: Carlos Lessa (1998), ao tratar da autonomia decisória estatal na condução do II PND, fala em “grandes pactos” a soldarem interesses de frações do capital delimitando a ação do Estado brasileiro ao longo do processo de industrialização. Aqui, “pacto” teria um sentido mais consistente e duradouro que alianças e/ou coalizões políticas. José Luis Fiori (1984), apesar de reconhecer os riscos de imprecisão teórica, justifica em trabalhos seus o uso da idéia de pacto (na linha de Lessa) devido sua maior abrangência, complexidade e flexibilidade quando comparado às idéias de aliança, coalizão política e bloco histórico.

Os pactos indicariam o que seria uma constante na vida política brasileira: o compromisso conservador entre forças dominantes heterogêneas - “modernas” e “atrasadas”. Sentido que se aproxima do empregado por Cardoso e Faletto (1970):

pactos (conservadores) que vão conformando, desde a colônia, uma determinada estrutura de dominação. Quer dizer, se no debate político contemporâneo, inspirado por Moncloa, “pacto” aparece como uma espécie de proposição de trégua entre diversas forças sociais, nos momentos de negociações em torno de reformas políticas “teoricamente” positivas para a toda a sociedade; no segundo caso, por pacto se deseja identificar algo mais consistente e duradouro: as concessões feitas ao longo do processo de modernização às forças “atrasadas”, pelas forças “modernizadoras”, a fim de que tudo mude para que tudo fique igual.

Mas a Espanha, ao que tudo indica, alcançou o que o Brasil não logrou alcançar: uma inserção no sistema capitalista internacional mais favorável, paralelamente à consolidação de uma ordem democrática mais estável, além de socialmente mais justa, se sobrepondo aos pactos duradouros que também marcaram a história do capitalismo espanhol. E acreditamos que, no contexto da América Latina, o Brasil era o único país que poderia ter trilhado um caminho semelhante. Claro que da perspectiva da democracia social (que é a que mais interessa), as dificuldades eram e são infinitamente maiores, comparadas ao caso espanhol: enormes desigualdades sociais e disparidades regionais; dimensão territorial e populacional; cultura autoritária/patrimonial; corrupção, violência, crime organizado; dívida pública, falência do Estado, do sistema escolar destruído e serviços públicos em geral. São inúmeros os problemas e enormes suas dimensões, agravadas pelo modelo econômico vigente (à democracia é sempre melhor o crescimento econômico que o inverso).

Ao tomar um caminho distante do espanhol, chegamos ao ponto em que a própria política tornou-se em larga medida irrelevante. Como afirmou Francisco de Oliveira, numa entrevista à Folha de São Paulo (24/07/2006),:

Sua posição política [do Presidente Lula] é completamente irrelevante. Faça o que fizer, está amarrado nessa financeirização do Estado. Isso não começou com ele, evidentemente. Seu governo até faz um esforço de reduzir a relação da dívida com o PIB. Com o Fernando Henrique, isso foi de 1 para 10. Isso financeirizou a economia e amarrou-a às determinações de fora. Este é o fator principal da irrelevância da política. Todas as relações sociais estão mediadas agora pela relação externa. (...) Isso quebra na espinha a política. Política é escolha. Política é opção. Mais ou menos, todos agora têm que seguir a mesma regra.

Não havendo liberdade (de escolha, de opção), a luta política transforma-se num mero jogo de interesses particulares/partidários, nefasto à ordem democrática, a despeito da

escolha dos governantes dar-se via participação política e livre competição eleitoral. E, do ponto de vista da economia política, a inconclusão do processo de monopolização capitalista, a não consolidação de um capital financeiro nuclear e sua internacionalização, como ocorreu no caso espanhol, explicam parte do nosso fracasso. Não que a Espanha esteja livre de, como o Brasil, obedecer às “regras do jogo”, mas sua posição econômica (e, portanto, política) internacional é muito mais vantajosa, respaldada pela associação com o grande capital financeiro internacional e construída numa conjuntura em que a política foi muito relevante.

Referências bibliográficas:

ANGOUSTURES, A. (1995) Historia de España em el siglo XX. Barcelona: Editorial Ariel.

FIGUEIREDO, C.; NUNES, C. [et al.]. (2005) Os principais centros de decisão empresarial em Espanha. www.dpp.pt Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Departamento de Prospectiva e Planeamento, dezembro de 2005.

FIORI, J. L. (1997) O espelho espanhol de FHC. In: Os moedeiros falsos. Petrópolis: Vozes.

MORILLO, J. G. (1996) La democracia en España. Madrid: Alianza Editorial.

PÉREZ-DIAZ, V. (1996) España puesta a prueba 1976-1996. Madrid: Alianza Editorial.

QUINTANA, E. F. [et al.]. (1989) A transição que deu certo: o exemplo da democracia espanhola. São Paulo: Trajetória Cultural.